



PRINCIPAIS MENSAGENS E CONCLUSÕES DO GRUPO DE TRABALHO “VISEU PATRIMÓNIO”

Novembro 2015

1. Viseu é uma cidade com mais de 2.500 anos de história e com um rico património cultural, material e imaterial, de valor incontestável, às escalas local, regional, nacional e internacional.
2. Este património ainda não alcançou o reconhecimento pleno do valor que possui, havendo um claro potencial não explorado e trabalho a desenvolver para aumentar o conhecimento, reconhecimento, divulgação e comunicação dos bens e valores em presença às diferentes escalas.
3. Relativamente ao Património Mundial, esta classificação requer que os bens demonstrem ter Valor Universal Excecional, ou seja, uma importância cultural tão excecional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. É ainda necessário que estes bens respondam às condições de integridade e/ou de autenticidade e beneficiem de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda.
4. De entre os bens que fazem parte do património cultural de Viseu, aqueles que têm maior potencial de poderem vir a ser reconhecidos como Património Mundial são o Conjunto Monumental originário da cidade, que integra a Sé Catedral e o Museu Nacional Grão Vasco, em articulação com o Centro Histórico, a Cava de Viriato e o seu papel na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência como reino/país.
5. Apesar de se reconhecer que existe potencial para que estes bens possam um dia vir a ser classificados como Património Mundial, não existem ainda dados suficientes que possam sustentar uma declaração de Valor Universal Excecional, nem garantias que tal valor venha a ser comprovado.
6. Apesar de haver um conjunto de dados e indícios muito relevantes relativamente ao papel de Viseu na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência como reino/país, é ainda necessário um conjunto de estudos adicionais que possam consolidar



esta narrativa e documentar a base material da mesma (Conjunto Monumental em articulação com a Cava de Viriato e o Centro Histórico), não sendo ainda possível, nesta fase dos conhecimentos e do processo, avançar com uma proposta preliminar de Declaração de Valor Universal Excecional.

7. É ainda necessário desenvolver estudos comparativos com outros casos, nacionais e internacionais, que possam vir a comprovar a presença de um Valor Universal Excecional, desenvolver as ações passíveis de reverter ou minimizar os danos em presença, sempre que tal seja possível e colocar em funcionamento um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a salvaguarda destes bens, bem como reforçar a sua valorização e promoção num quadro de curto/médio prazo.
8. O processo que necessitará de ser despoletado para que se possa eventualmente vir a alcançar um reconhecimento como Património Mundial é assim um processo vantajoso e desafiante, mas longo, trabalhoso, com custos para a cidade e ainda sem garantias de sucesso no alcançar deste desígnio, implicando desde já:
 - i. Um forte investimento em estudos científicos e arqueológicos, em particular no que respeita à Cava de Viriato, Conjunto Monumental, Centro Histórico e papel na construção da nacionalidade, que possam consubstanciar o seu Valor Universal Excecional e o seu grau de autenticidade e integridade;
 - ii. Adotar novas políticas de intervenção no Centro Histórico, nomeadamente no que respeita à reabilitação, e pôr em funcionamento um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a salvaguarda de todos os referidos bens, incluindo a preservação vs. renovação criteriosa da matriz económica e social;
 - iii. Repensar a expressão física atual da Cava de Viriato de modo a promover a sua aproximação funcional e afetiva à cidade e à população;
 - iv. Adquirir dinâmicas que garantam níveis intermédios de reconhecimento do património cultural, material ou imaterial, nas escalas local ou nacional, sustentadas em progressos nos planos da musealização, da informação e interação públicas e da promoção.
9. Este é assim um processo de longo prazo, que marcará decisivamente a estratégia de desenvolvimento da cidade e que implicará avultados investimentos, além de outros custos



importantes para a cidade, e, em muitos casos, uma rutura com práticas correntes de intervenção.

10. Os potenciais benefícios deste processo são também muito relevantes, podendo ultrapassar as dimensões cultural e identitária e dar fortes contributos para o desenvolvimento local, o crescimento económico e a coesão social.
11. Tendo em conta os custos e condicionantes, bem como os benefícios que um processo de valorização patrimonial, cultural e identitária tem para qualquer sociedade, é importante nesta fase tomar decisões sobre o desígnio patrimonial no projeto de cidade, que envolvam toda a sociedade.
12. Sendo a opção enveredar por um projeto de desenvolvimento assente na valorização patrimonial, cultural e identitária, é fundamental que este processo, por si só, traga claros benefícios para o desenvolvimento da cidade independentemente de se vir um dia a alcançar a classificação como Património Mundial. Este não deve ser o principal desígnio do processo, nem o seu principal resultado.
13. Um processo deste tipo, para ser bem-sucedido, deve estar assente em três pilares fundamentais:
 - i. Pilar técnico-científico – crucial para a fundamentação e consolidação da proposta, e que terá de ser coordenado por uma equipa técnica altamente qualificada e com uma forte liderança;
 - ii. Pilar participativo – que garanta a adesão e o envolvimento da população e de um conjunto alargado de entidades relevantes em todas as fases do processo, devendo ter uma natureza colaborativa, dialogante e aberta;
 - iii. Pilar político-diplomático – essencial para garantir a colocação de Viseu nas redes nacionais e internacionais relevantes, para o aumento do reconhecimento e divulgação dos seus valores patrimoniais, bem como para ultrapassar com sucesso as etapas formais e políticas do processo.
- 14. Tendo em conta o valor do património em presença e os benefícios que um projeto de desenvolvimento assente na valorização patrimonial, cultural e identitária pode trazer para a cidade, bem como plena consciência da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o património existente, dos seus custos e condicionantes, e da inexistência de garantias quanto à obtenção da classificação como Património**



Mundial, o Grupo de Trabalho acredita nas virtualidades que teria para Viseu enveredar por este caminho, recomendando o estabelecimento de uma estratégia nesse sentido.

O Grupo de Reflexão "VISEU PATRIMÓNIO": Ana Pinho, Carlos Alves, Catarina Tente, Fernando Seara, Gonçalo Byrne, Fernando Marques, Jorge Sobrado, Luís Silva Fernandes, Odete Paiva, Pedro Sobral, Raimundo Mendes da Silva, Ricardo Magalhães.



PATRIMÓNIO EM PRESENÇA E SEU RECONHECIMENTO ATUAL

Viseu é uma cidade com mais de 2.500 anos de história e com um rico património cultural, material e imaterial, de valor incontestável, às escalas local, regional, nacional e internacional.

De entre os valores mais expressivos do património cultural, material e imaterial, de Viseu, destacam-se ao nível dos bens materiais:

- Cava de Viriato
- Conjunto monumental, que integra a Sé Catedral e o Museu Grão Vasco
- Centro Histórico e
- Património arqueológico megalítico (escala regional, ex: Anta Maior da Pedralta, Dólmen do Fojo, Lapa do Repilau, etc.)

Relativamente aos bens imateriais, têm uma relevância particular:

- Papel na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país - mito do Viriato, topónimo da Cava, primeiros ensaios de um reino independente que, mais tarde, se chamaria Portucale, possibilidade de ter sido em Viseu que nasceu Afonso Henriques, a própria historiografia da Cava, etc.;
- Personagens históricas relevantes para a construção da nacionalidade e para a cultura portuguesa: Grão Vasco, D. Miguel da Silva, Aquilino Ribeiro, D. Duarte, Almeida Moreira, Infante D. Henrique, Ramiro I, D. Afonso Henriques, D. Diogo Ortiz de Vilhegas, João de Barros, entre outros.
- Feira de São Mateus - feira com 623 anos de história;
- Outros: Cavalhadas de Vildemoinhos, Artesanato, Folclore, Gastronomia, Vinho do Dão.

Existem ainda fortes relações entre alguns destes bens, tanto materiais como imateriais, como por exemplo, o Conjunto Monumental, Cava de Viriato e o Papel na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país, onde se incluem as personalidades históricas relevantes para a nacionalidade; ao nível do renascimento a vida e obra de D. Miguel da Silva, e a pintura de Vasco Fernandes, a construção do novo claustro da catedral e a renovação do paço episcopal do Fontelo; ou a Cava de Viriato e a Feira de São Mateus.

Apesar da riqueza dos bens em presença e do seu valor cultural e identitário, o reconhecimento deste valor varia bastante e é, em todos os casos, aquém do seu potencial. Com efeito, bens como o Conjunto Monumental, o Centro Histórico, a vida e obra do Mestre Grão Vasco ou a Feira de São Mateus que têm reconhecimento público local, regional e nacional, mas têm pouco reconhecimento internacional. Adicionalmente, o património arqueológico megalítico é somente reconhecido por um público internacional especializado e a Cava de Viriato, a vida e



obra de D. Miguel da Silva e o Papel de Viseu na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país são muito pouco reconhecidos, mesmo à escala local.

Assim, **este património ainda não alcançou o reconhecimento pleno do valor que possui, havendo um claro potencial não explorado e trabalho a desenvolver para aumentar o conhecimento, reconhecimento, divulgação e comunicação dos bens e valores em presença às diferentes escalas.**

PATRIMÓNIO MUNDIAL E VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL

Para que um bem possa ser classificado como Património Mundial, não basta que seja claro o seu valor e relevância para as escalas local, regional e nacional e internacional, **esta classificação requer que os bens demonstrem ter Valor Universal Excecional, ou seja, uma importância cultural tão excecional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade**, sendo a proteção permanente do mesmo da maior importância para toda a comunidade internacional.

Segundo o Comité do Património Mundial, quando se trata de património cultural, esse bem responder pelo menos a um dos seguintes critérios:

- i. representar uma obra-prima do génio criador humano;
- ii. ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;
- iii. constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- iv. representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- v. ser um exemplo excecional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- vi. estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros).



Para ser considerado de Valor Universal Excecional, **é ainda necessário que estes bens respondam às condições de integridade e/ou de autenticidade e beneficiem de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda.**

Neste contexto, e com base numa análise preliminar tendo em conta o estado de conhecimento atual sobre os bens que constituem o património cultural de Viseu, destacam-se as seguintes considerações sobre os bens com maior potencial de classificação como Património Mundial:

- **Cava de Viriato** - Possui características que a tornam potencialmente única em termos de excecionalidade ao nível europeu e de destaque ao nível mundial. O seu valor reside na sua arquitetura monumental em terra, na planta e agrimensura única para a antiguidade que supomos ter, no seu alto grau de preservação, no elevado simbolismo e relação com diferentes culturas. Adicionalmente, a história da sua construção, que pode estar relacionada com uma tentativa de criação de uma cidade nova durante o século X, acaba por contar igualmente a história da cidade velha, de origem romana. Nesta perspetiva, há potencialidade de poder propor a Cava a classificação da conjuntamente com o núcleo central do centro histórico aproveitando a dialética existente entre ambos, bem como em articulação com o papel da cidade e do território na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país. Assim, no que respeita aos critérios para avaliação do Valor Universal Excecional, a Cava de Viriato corresponderá aos critérios (i) a (iv), sendo possível considerar ainda o critério (v). No entanto, o facto de ainda existirem muitas dúvidas quanto à sua datação é um obstáculo a que se possa nesta fase fazer uma aferição comprovada sobre o seu Valor Universal Excecional, Adicionalmente, embora o seu estado de conservação seja notável, o nível atual de autenticidade e integridade é difícil de avaliar por falta de estudos que demonstrem claramente a sua função e cronologia, sendo no entanto clara a existência de alterações e destruições (nem todo o perímetro sobreviveu), em especial na zona nordeste, também pouco documentadas exaustivamente. Refira-se ainda como relevante a atual falta de reconhecimento local, de integração na vida da cidade e de apropriação da população.
- **Património arqueológico e megalítico** - Único a nível mundial quando conjugadas as suas características (existência monumentos funerários com arte pintada e gravada) com sua quantidade de monumentos já conhecidos. Reúne condições em termos de valor excecional e de autenticidade. Necessita de um longo trabalho ao nível da integridade dos monumentos e da arte que encerram. Todavia, uma candidatura para este património teria de ser coordenada regional/intermunicipal, entre as várias autarquias que gerem o território por onde estas manifestações funerárias pré-históricas se distribuem, o que tornar este processo bastante complexo e moroso.
- **Conjunto monumental, que integra a Sé Catedral e o Museu Grão Vasco** - Valor excecional menos claro se considerado isoladamente como objeto arquitetónico, mas



com potencial relevante se entendido como a base material do Papel da cidade na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país. Com efeito, o urbanismo da cidade desenvolveu-se na sombra da catedral que, entre os séculos XII a XV, foi o seu único reduto defensivo. Relembre-se que Viseu só conheceu uma cintura de muralha no século XV, depois de três invasões castelhanas que deixaram a cidade totalmente ou parcialmente destruída, à exceção do complexo catedralício, que pela natureza dos seus edifício - castelo, alcácer e catedral -, mantiveram aquele espaço inviolável, tendo assim um valor bastante claro na afirmação da identidade da cidade. Relativamente ao grau de integridade e autenticidade, este parece, à partida, ainda ser razoável, embora tenham ocorrido ao longo dos tempos, e mesmo recentemente, intervenções que o podem ter afetado e que importa avaliar. Para aferir o seu potencial como principal base material do Papel da cidade na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país, é também necessário proceder a um conjunto de estudos, nomeadamente intervenções arqueológicas de pequena escala, para verificar as indicações documentais e, deste modo, provar a importância neste âmbito.

- **Centro histórico** – Embora com valor histórico, arquitetónico e urbanístico relevante do ponto de vista local e, mesmo, nacional, o seu potencial de Valor Universal Excepcional só poderá ser encarado em articulação com o Conjunto Monumental, do qual dependeu durante séculos, e do Papel da cidade na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país. Adicionalmente, ao longo do tempo foi sendo alvo de múltiplas intervenções derivadas do seu processo de desenvolvimento que afetaram claramente o seu grau de integridade e de autenticidade, algumas destas muito recentemente. Para aferir com rigor a possibilidade de reversão de alguns dos danos, é necessário realizar um levantamento e análise aprofundados, sendo que haverá bastantes intervenções dificilmente reversíveis.

Tendo em conta esta a análise preliminar, o Papel na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência como reino/país, em particular durante os séculos IX e XII, parece ser o elemento imaterial comum que relaciona e consolida o potencial valor de grande parte dos bens materiais mais relevantes (Conjunto Monumental, Cava de Viriato e Centro Histórico), articulando-os entre si e enriquecendo-os com a dimensão imaterial ligada à história e formação da identidade nacional, às personalidades de relevo ligadas à cidade e a outros testemunhos da história mediável, como a Feira de São Mateus.

Resumindo, e tendo em conta o atual estado do conhecimento sobre os vários bens, **de entre os bens que fazem parte do património cultural de Viseu, aqueles que têm maior potencial de poderem vir a ser reconhecidos como Património Mundial são o Conjunto Monumental originário da cidade, que integra a Sé Catedral e o Museu Grão Vasco, em**



articulação com o Centro Histórico e a Cava de Viriato, como base material do papel da cidade na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência como reino/país, podendo ainda ser estabelecidas outras ligações laterais, nomeadamente com a Feira de São Mateus.

O facto de a tónica ser colocada no Conjunto Monumental e não na Cava de Viriato prende-se com dois aspetos: o facto de, caso se venha a confirmar a datação da Cava como sendo do século X, nesta fase a cidade encontrava-se já em fase de estruturação e desenvolvimento; a não existência ainda de uma comprovação documental da datação da Cava, que é um forte obstáculo a uma centralização da candidatura neste espaço. Refira-se ainda que, independentemente de uma focalização maior no Conjunto Monumental ou na Cava, a datação desta é instrumental para a consolidação e enriquecimento da candidatura.

No entanto, apesar de se reconhecer que existe potencial para que estes bens possam um dia vir a ser classificados como Património Mundial, não existem ainda dados suficientes que possam sustentar uma declaração de Valor Universal Excecional, nem garantias que tal valor venha a ser comprovado.

NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PRÉVIOS PARA AFERIÇÃO DA VIABILIDADE DE UMA CANDIDATURA

Apesar de haver um conjunto de dados e indícios muito relevantes relativamente ao papel de Viseu na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência como reino/país, é ainda necessário um conjunto de estudos adicionais que possam consolidar esta narrativa e documentar a base material da mesma (Conjunto Monumental em articulação com Cava de Viriato e o Centro Histórico), não sendo ainda possível, nesta fase dos conhecimentos e do processo, avançar com uma proposta preliminar de Declaração de Valor Universal Excecional.

De entre as áreas de investigação e estudos que importa desenvolver na perspetiva da fundamentação detalhada de uma eventual candidatura a Património Mundial destacam-se:

- **Cava de Viriato** – é fundamental o estudo da Cava de modo a resolver as dúvidas que pairam sobre a sua antiguidade e função original, bem como a recolher os dados necessários para poder aferir de forma mais rigorosa o seu valor em termos de excecionalidade, bem como o grau de autenticidade e integridade do bem e o potencial para reversão/minimização dos danos existentes.
- **Conjunto Monumental** – é necessário realizar um levantamento das intervenções ocorridas no bem e avaliação das suas consequências para a integridade e autenticidade, e conjunto de estudos, nomeadamente intervenções arqueológicas de



pequena escala, para verificar as indicações documentais e, deste modo, provar a importância como base material do Papel da cidade na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país.

- **Centro Histórico** – é fundamental realizar um levantamento e análise aprofundados do património arquitetónico e urbanístico do CH, para aferir com rigor o grau de dano para a autenticidade e integridade derivados das alterações/destruições efetuadas ao longo do tempo, e as possibilidades de reversão/minimização, sendo que haverá bastantes intervenções no edificado dificilmente reversíveis.
- **Papel na construção da ideia de nacionalidade/definição da independência com reino/país** – é importante desenvolver um estudo sistemático neste âmbito, que pudesse dar consistência histórica e fundamentação científica a este património imaterial, bem como a sua articulação com a potencial base material da candidatura (Conjunto Monumental, Cava de Viriato, Centro Histórico).
- **Compilação e estudo da bibliografia, documentação e espólios arqueológicos** – Identificação, compilação e estudo da bibliografia e dos trabalhos e projetos desenvolvidos sobre a cidade e o seu território. Deve ainda ser feita a recolha, armazenamento e tratamento de todo o espólio arqueológico e histórico que, ao longo de mais de 20 anos, tem resultado das largas dezenas de trabalhos arqueológicos desenvolvidos na cidade no âmbito da arqueologia de salvaguarda. A par desse trabalho será igualmente fundamental promover o seu estudo, o mais exaustivo possível, e a sua divulgação. Este estudo é fundamental para obter uma visão mais correta e concreta da história da cidade e do seu território.
- **Roteiros de fontes de informação e a produção de sínteses atualizadas** - estes seriam também fundamentais para a prossecução do projeto. Nomeadamente, o desenvolvimento de uma Monografia histórica de Viseu, em moldes contemporâneos, a cargo de diversos autores, que possa constituir uma síntese informada do estado atual dos conhecimentos. Em alternativa, uma aposta na elaboração de um Dicionário Histórico de Viseu permitiria sistematizar melhor toda a informação relevante já existente e provocar a divulgação de nova informação, recorrendo a um leque alargado de investigadores.
- **Criação de uma Carta Patrimonial** – base de dados SIG com a identificação dos valores patrimoniais, incluindo os que ainda não têm grande reconhecimento por parte do público e das instituições. Este trabalho poderia ser realizado articulando com o trabalho produzido para a atualização do PDM de Viseu, e deveria ficar disponível aos diversos agentes interessados.
- **Agenda de investigação local** - Definição de uma agenda de investigação que identifique claramente as lacunas ao nível do conhecimento da História e do Património da cidade e do concelho. Deve envolver um amplo debate com os diversos parceiros institucionais e individuais, que identifique claramente as lacunas ao nível do



conhecimento da História e do Património da cidade e do concelho, inclusivamente nas suas conexões com o contexto nacional e mesmo transnacional.

- **Arquitetura e urbanismo** - conviria lançar um estudo sistemático em equipa sobre a evolução do urbanismo de Viseu e do seu mobiliário urbano, bem como sobre as diversas tipologias arquitetónicas características de cada época, incluindo neste estudo a constituição de um banco de imagens fotográficas especializado da cidade.

É ainda necessário desenvolver estudos comparativos com outros casos, nacionais e internacionais, que possam vir a comprovar a presença de um Valor Universal Excecional, desenvolver as ações passíveis de reverter ou minimizar os danos em presença, sempre que tal seja possível e colocar em funcionamento um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a salvaguarda destes bens, bem como reforçar a sua valorização e promoção num quadro de curto/médio prazo.

CUSTOS E BENEFÍCIOS DO PROCESSO

O processo que necessitará de ser despoletado para que se possa eventualmente vir a alcançar um reconhecimento como Património Mundial é assim um processo vantajoso e desafiante, mas longo, trabalhoso, com custos para a cidade e ainda sem garantias de sucesso no alcançar deste desígnio, implicando desde já:

- i. **Um forte investimento em estudos científicos e arqueológicos, em particular no que respeita à Cava de Viriato, Conjunto Monumental, Centro Histórico e papel na construção da nacionalidade, que possam consubstanciar o seu Valor Universal Excecional e o seu grau de autenticidade e integridade;**
- ii. **Adotar novas políticas de intervenção no Centro Histórico, nomeadamente no que respeita à reabilitação, e pôr em funcionamento um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a salvaguarda de todos os referidos bens, incluindo a preservação vs. renovação criteriosa da matriz económica e social;**
- iii. **Repensar a expressão física atual da Cava de Viriato de modo a promover a sua aproximação funcional e afetiva à cidade e à população;**
- iv. **Adquirir dinâmicas que garantam níveis intermédios de reconhecimento do património cultural, material ou imaterial, nas escalas local ou nacional, sustentadas em progressos nos planos da musealização, da informação e interação públicas e da promoção.**

Com efeito, se for para se avançar com um processo de classificação, deve-se desde logo acautelar que nenhuma intervenção a desenvolver durante o período de preparação da candidatura e após a classificação afete negativamente a autenticidade e integridade do património em presença (Conjunto Monumental Cava de Viriato e Centro Histórico). Será ainda



necessário empreender todos os esforços para reverter os danos passíveis de minimização que tenham já ocorrido, e promover o estreitar das relações físicas, sociais, emocionais e identitárias da cidade com o seu património. É ainda fundamental aprofundar o processo já iniciado de mudança nas políticas e práticas de intervenção no património, incluído nas intervenções de promoção municipal, com vista à proteção e conservação dos valores em presença e à garantia da integridade dos bens com valor patrimonial.

Neste sentido, deve não só existir desde já uma atenção redobrada a estes aspetos – que assegure o cumprimento dos critérios de intervenção em conservação do património em todas as intervenções a realizar -, como devem ser desenvolvidos com a brevidade possível critérios orientadores das intervenções a aplicar ao território em causa. Estas condicionantes podem ter reflexos negativos em termos de permissividade do uso do solo e de retração do investimento privado, o que deve ser tido em conta, em particular dada a dinâmica de intervenção verificada recentemente no Centro Histórico de Viseu.

No entanto, garantir a integridade e autenticidade do bem é uma condição indispensável para alcançar e manter uma candidatura a Património Mundial, razão pela qual estes custos têm de ser equacionados desde logo e assumidos se houver decisão de se dar início ao processo. Uma candidatura implica custos e escolhas.

Com efeito, existe um conjunto de custos e condicionantes inerentes ao um processo deste tipo, que devem ser tidos em conta no processo de decisão sobre o arranque do mesmo, e dos quais se destacam:

- **Custos de preparação da candidatura** – Neste âmbito, os maiores custos são: a contratação de um coordenador e equipa de preparação da candidatura; elaboração dos estudos de suporte; desenvolvimento de um plano de gestão; ações de comunicação e de envolvimento da comunidade; custos de produção do documento. No Reino Unido, em média, uma candidatura demora 4,8 anos a preparar e custa entre 650.000€ e 860.000€. No Canadá demoram entre 3,5 e 11 anos a preparar e os custos podem ultrapassar o milhão de dólares.
- **Custos de gestão** – A classificação como Património Mundial tem grande probabilidade de aumentar os custos de gestão (obrigatoriedade de fazer relatórios periódicos à UNESCO, implementação do plano de gestão, custos de gestão e governança do processo).
- **Custos de oportunidade** - A classificação como Património Mundial tem também custos prováveis ao de oportunidade, derivados do redirecionamento de recursos (o que for gasto na área/candidatura não estará disponível para outros investimentos/territórios) e condicionantes ao desenvolvimento (quando está em causa a classificação de um bem com vertente material, como património arquitetónico



e urbanístico, há normalmente um aumento das condicionalidades e limites impostos a intervenções futuras na área.

- **Custos relacionados** - Um aumento de fluxo turístico pode criar congestão e maior sobre carga nas infraestruturas, maiores necessidades de conservação, bem como ter um impacto social negativo (perda de privacidade, aumento dos preços na área, etc.). Adicionalmente, há ainda que considerar os custos de comunicação e marketing destinados a tirar proveito da classificação.

Este é assim um processo de longo prazo, que marcará decisivamente a estratégia de desenvolvimento da cidade e que implicará avultados investimentos, além de outros custos importantes para a cidade, e, em muitos casos, uma rotura com práticas correntes de intervenção.

Além dos custos e condicionantes inerentes ao processo, é ainda necessário equacionar os potenciais benefícios de uma classificação, que podem ser:

- Aumento do reconhecimento do valor patrimonial ao nível local, nacional e internacional;
- Aumento da atratividade turística, com aumento do número de visitantes e tempo de estadia, e consequentes impactos positivos para a economia local;
- Inspira os residentes locais a conhecerem melhor o bem e aumento da sensibilização para as questões ligadas à conservação do património;
- Aumento da autoestima, sentimento de pertença, enraizamento e identidade dos residentes locais;
- Aumento da atenção internacional sobre o bem, aumentando assim, por essa via, a sua proteção;
- Obrigatoriedade de desenvolvimento e implementação de um plano de gestão;
- Maiores garantias que todos os atores são consultados sobre novos planos projetos/intervenções;
- Aumento do escrutínio sobre as intervenções futuras, públicas e privadas, na área;
- Emergência de novos projetos benéficos para a comunidade local;
- Abertura de novas oportunidades de financiamento; entre outros.

Os potenciais benefícios deste processo são também muito relevantes, podendo ultrapassar as dimensões cultural e identitária e dar fortes contributos para o desenvolvimento local, o crescimento económico e a coesão social.

A TOMADA DE DECISÃO

Tendo em conta os custos e condicionantes, bem como os benefícios que um processo de valorização patrimonial, cultural e identitária tem para qualquer sociedade, é



importante nesta fase tomar decisões sobre o desígnio patrimonial no projeto de cidade, que envolvam toda a sociedade.

Dada a importância e exigência deste processo e as profundas implicações que trará para o desenvolvimento da cidade e para a sua população, é fundamental que a decisão de avançar neste sentido seja uma decisão partilhada e assumida coletivamente, tendo por base uma escolha consciente e informada sobre as suas consequências e as expectativas reais daí decorrentes. Mais do que um processo de candidatura, este terá de ser um projeto de cidade e uma estratégia para o seu desenvolvimento.

Sendo a opção enveredar por um projeto de desenvolvimento assente na valorização patrimonial, cultural e identitária, é fundamental que este processo, por si só, traga claros benefícios para o desenvolvimento da cidade independentemente de se vir um dia a alcançar a classificação como Património Mundial. Este não deve ser o principal desígnio do processo, nem o seu principal resultado.

Sendo este um processo de longo prazo sem garantias *à priori*, e que implicará um esforço considerável de todos os agentes da cidade, este só se justifica ultrapassar largamente o âmbito da candidatura e se, por si só, trazer mais valias e benefícios palpáveis, e em tempo útil, para a cidade e a sua população.

Alguns dos benefícios são desde logo claros, em particular os de natureza científica e cultural, e decorrerão naturalmente do processo, nomeadamente, o papel que os estudos a desenvolver terão no aumento do conhecimento sobre os 2.500 anos de história da cidade e o reforço do património simbólico e identitário das populações e, por esta via, o aumento da sua autoestima. Terão de ser desenvolvidos esforços para garantir que estes se traduzirão ainda num aumento da divulgação e reconhecimento do valor do património cultural da cidade em Portugal e no exterior. Só assim se poderá potenciar o seu contributo para a atratividade turística e a dinamização das atividades económicas.

Estes estudos irão ainda auxiliar o município na definição de critérios de planeamento e intervenção, na identificação de “boas práticas”, no desenvolvimento de instrumentos de gestão do território e de apoio às estratégias de reabilitação.

A preocupação com a promoção do desenvolvimento local e a garantia da qualidade de vida das populações deve ser central no desenho do processo e a sua compatibilização com os requisitos e as exigências de uma estratégia assente salvaguarda e conservação do património um dos pontos críticos de sucesso.



OS TRÊS PILARES DO PROCESSO

Um processo deste tipo, para ser bem-sucedido, deve estar assente em três pilares fundamentais:

- i. **técnico-científico – crucial para a fundamentação e consolidação da proposta, e que terá de ser coordenado por uma equipa técnica altamente qualificada e com uma forte liderança;**
- ii. **participativo – que garanta a adesão e o envolvimento da população e de um conjunto alargado de entidades relevantes em todas as fases do processo, devendo ter uma natureza colaborativa, dialogante e aberta;**
- iii. **político-diplomático – essencial para garantir a colocação de Viseu nas redes nacionais e internacionais relevantes, para o aumento do reconhecimento e divulgação dos seus valores patrimoniais, bem como para ultrapassar com sucesso as etapas formais e políticas do processo.**

PILAR TÉCNICO-CIENTÍFICO

A fundamentação de uma proposta de classificação como Património Mundial tem de ter uma base técnico-científica extremamente sólida, rigorosa e aprofundada, sobre a qual toda a candidatura é construída. Os estudos e trabalhos de base a desenvolver neste domínio, numa primeira fase, já foram elencados, sendo que a estes acresce o trabalho de articulação dos mesmos e de desenvolvimento global do processo de candidatura.

Para coordenar e articular os diferentes estudos necessários, que podem envolver diversas equipas de especialistas e várias áreas disciplinares, bem como assegurar o desenvolvimento global do processo, será necessário construir desde o início uma equipa técnica altamente qualificada. Esta deverá ter um carácter interdisciplinar, experiência nas áreas a trabalhar (não só disciplinar como em termos de processos de candidatura semelhantes), e, se possível, uma boa informação sobre o funcionamento dos diversos departamentos e arquivos Municipais. É ainda importante que esta equipa tenha uma forte liderança, sendo uma escolha assertiva do seu coordenador particularmente relevante para o sucesso da tarefa.

PILAR PARTICIPATIVO

Como já foi referido, é crucial num processo deste tipo assegurar que a decisão é partilhada coletivamente pela cidade e alcançar um envolvimento e compromisso reais da população e entidades relevantes com o processo. As Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial sublinham em vários momentos a necessidade de promover uma



participação ampla e ativa, em particular das comunidades locais, no processo de desenvolvimento da candidatura, bem como após a mesma, na gestão e conservação do bem.

Desejavelmente, devia conseguir-se que o processo tivesse um forte envolvimento da população desde o seu início, ou seja, na identificação dos bens com valor patrimonial e na avaliação dos valores em presença nesses bens, bem como no desenvolvimento e implementação do Plano de Gestão, de modo a comprometer toda a comunidade com a gestão e conservação futura do bem.

É especialmente importante que se promova a participação e o envolvimento dos seguintes grupos/entidades:

- Habitantes (ou seus representantes) do Centro Histórico e da Cava para que possam prever os efeitos de medidas que venham a ser tomadas junto da população que vive nos locais;
- Comunidade local – residentes alargados, comerciantes, empresas e produtores, etc.;
- Diocese – dado que gere uma parte substancial do património mais significativo de Viseu e é detentora de um importante acervo de informação;
- Entidades públicas ou associativas - Administração regional / central e seus órgãos desconcentrados, ICOMOS, Universidades e Institutos, Freguesia de Viseu, Associação de Comerciantes, Associações culturais, outras Associações locais, Turismo, Associação Académica, Ensino Secundário
- Órgãos de comunicação social, designadamente os locais.

Essa participação requer-se ativa, regular e partilhada. Tanto mais quando se sabe da complexidade de comportamentos e rotinas administrativas estabelecidas de há muito e que dificilmente serão alteradas, senão houver uma reforma efetiva das práticas correntes.

Adicionalmente, a relevância que advirá do impacto direto que o reconhecimento e valorização (e eventual classificação) do bem será tanto maior quanto mais informada e ciente estiver a população residente e a comunidade local, e quanto mais próximos e envolvidos estiverem empresas e produtores, Universidades e Institutos, a administração regional / central e seus órgãos desconcentrados.

O âmbito, natureza e grau de participação requerem um cuidado especial e podem ser utilizados múltiplos instrumentos para promover o envolvimento da comunidade e das entidades relevantes para o processo:

- Criação de uma Agenda, com um programa regular de eventos participativos, que podem ir de sessões de reflexão e debate a workshops participativos, mapeamentos de comunidade, etc.;



- Implementar um serviço educativo de carácter regular para o património histórico (já previsto pelo município);
- Criação de condições para que exista um espaço de interação permanente, como fator de real sensibilização.

A apoiar o referido espaço de interação permanente podem ainda ser criadas estruturas materiais ou imateriais em continuidade, que promovam o contacto com os valores a preservar e o diálogo e troca de ideias/informações, como por exemplo:

- Museu da cidade e da região (ou centro de interpretação) - A criação de um museu da cidade e da região é um ponto fundamental para contar a história e a construção deste território é a forma mais direta o divulgar. Adicionalmente, esta estrutura contribuiria para concentrar a informação existente sobre a cidade, atualmente dispersa, o que não facilita a construção fundamentada da sua história. Esta estrutura deve ser assente na narrativa da evolução do urbanismo, do património arqueológico e arquitetónico da cidade e do território e dos símbolos municipais até à atualidade, através de peças e documentos selecionados, em conjugação com imagens (filmes, fotografias e postais antigos, plantas e gravuras) e equipamentos interativos, com informação adicional. Seria assim possível fornecer aos visitantes uma narrativa sobre a evolução do espaço e do património da cidade, lacuna que a atual oferta museológica não consegue colmatar. A partir deste, a outras práticas podem ser implementadas (roteiros, caminhadas, palestras, congressos, etc.) que possam envolver a população e educá-la no sentido do valor do seu património e dos comportamentos que o valorizem;
- Centro de Interpretação da Cava de Viriato (CIVAV) – apenas possível com a continuidade dos estudos sobre o monumento, abordando a fortificação e a sua interpretação, o seu processo de patrimonialização, a ligação simbólica a Viriato, a ocupação humana no seu interior, entre o rural e o urbano, e o seu papel de passeio público, etc.;
- Criação de Espaços de Memória – por exemplo, na Feira de São Mateus;
- Criação de um site ou blog - através do qual se possa desenvolver o debate “aberto” (chat) sobre a candidatura, disponibilizando-se informação que referenciasse este tipo de “discussão”, nomeadamente as intervenções integradas nos 2 seminários já realizados (sobre património), bem como informação sobre as reflexões do presente Grupo de Trabalho, entre outras que se venham a desenvolver.

PILAR POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

Um forte compromisso político nem todas as fases do processo é crucial para o seu sucesso, sendo o município um agente fundamental. Um processo deste tipo implica o envolvimento de várias entidades públicas e organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e



internacionais, exigindo uma forte cooperação horizontais (entre departamentos e serviços municipais e entre estes e outras entidades locais) e vertical (entre entidades de diferentes níveis administrativos). Neste domínio compromisso político do município e os seus esforços em termos de criação de sinergias, otimização dos recursos existentes, compatibilização de políticas, comunicação e divulgação do processo, promoção da imagem da cidade e do reconhecimento do seu valor cultural, mobilização dos restantes atores e negociação e construção de consensos, são essenciais.

A inclusão do património de Viseu nas redes relevantes ao nível nacional e internacional, ganhar para o processo as entidades-chave e perceber os circuitos e contornos formais e políticos de uma candidatura são aspetos que não podem ser negligenciados, por mais sólida que seja a sua fundamentação técnico-científica e valor cultural. A este respeito é fundamental promover uma interlocução estreita com entidades como: a UNESCO - Centro do Património Mundial em Paris; a Comissão Nacional da UNESCO; o Ministério dos Negócios Estrangeiros - Delegação Permanente de Portugal em Paris; e Organizações Não-Governamentais (ICOMOS; IUCN; CROMOS, etc).

A própria UNESCO tem outras redes com quem faz sentido estreitar e alargar relações, dado que tem campos de intervenção espalhados pelo mundo: projetos como a Rede de Escolas, os Geositos, a Rede de Cátedras, etc., que podem levar a colaborações com promotores aparentemente distantes, mas com quem é possível e desejável articular vontades, recursos humanos/competências e recursos financeiros.

A um outro nível, importará ainda articular a Cava com redes de Turismo Arqueológico a nível peninsular, por exemplo, bem como redes ligadas ao estudo, intervenção e divulgação da arquitetura de terra.

A relação de D. Miguel da Silva com diversas cidades (Viseu, Porto, Lisboa, Évora e Roma) pode propiciar a ativação do seu legado arquitetónico e cultural numa esfera nacional e internacional, simultaneamente, além da constituição de rotas locais e nacionais.

É também importante inscrever a Feira de São Mateus como bem imaterial (tradição festiva) no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial, e seria oportuno tentar constituir uma rede transnacional (com localidades espanholas e francesas) de feiras seculares ainda ativas, promovendo não só a troca de experiências mas também o reconhecimento da Feira de S. Mateus fora de Portugal.

O município tem ainda um importante papel a desempenhar no que respeita ao envolvimento e mobilização da população e agentes locais - sem o seu compromisso claro e resolutivo, dificilmente se conseguirá envolver outras partes no processo. O município é ainda o garante da estabilidade do processo e que esta não será interrompido, independentemente das dificuldades e dos constrangimentos que possam vir a surgir.



Este compromisso não deve ter por base uma mera declaração de intenções, mas tem de se consubstanciar claramente na estratégia política de desenvolvimento da cidade, implicando uma firmeza inequívoca nas difíceis decisões, escolhas e condicionalismos que terão de ser assumidos ao decidir-se avançar com um processo deste tipo.

Concluindo, **tendo em conta o valor do património em presença e os benefícios que um projeto de desenvolvimento assente na valorização patrimonial, cultural e identitária pode trazer para a cidade, bem como plena consciência da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o património existente, dos seus custos e condicionantes, e da inexistência de garantias quanto à obtenção da classificação como Património Mundial, o Grupo de Trabalho acredita nas virtualidades que teria para Viseu enveredar por este caminho, recomendando o estabelecimento de uma estratégia nesse sentido.**